

Discurso anuncia ataque a dívidas estaduais

Edivaldo Ferreira/AE

Cardoso vai negociar com governadores eleitos plano para resolver rombo

JOSÉ CASADO

Raras vezes, um presidente foi tão claro antes de sua posse, como aconteceu com o eleito Fernando Henrique Cardoso, ontem, em Brasília. A pretexto de saudar a eleição de seus aliados em uma dúzia de governos estaduais, ele anunciou ter decidido começar a governar, em janeiro, com medidas para resolver o rombo nas contas dos Estados e municípios. Esse rombo já ultrapassa os R\$ 22 bilhões — apenas em títulos “podres” estaduais e municipais, que estão espalhados pelo mercado financeiro nacional.

Cardoso foi enfático: “Isso vai implicar um conjunto de medidas que serão tomadas, sempre em diálogo, no sentido de que o saneamento das finanças públicas prossiga.” Acrescentou: “Serão tomadas porque é imperioso tomá-las.”

Esse “pacote” — que a assessoria do eleito discute há meses — dependerá de um acerto político com os novos governadores, além de autorização negociada com o Congresso. Seu alvo é a troca de títulos da dívida pública, que hoje dificilmente seriam pagos pelos Estados e municípios, por papéis com pagamento (resgate) garantido pela União.

É uma operação política e econômica das mais delicadas, que Cardoso classificou como vital ao futuro da estabilidade do Real. E está planejada para ser mais ampla, e coordenada, do que sugeriram vários economistas ao candidato, no período pré-eleitoral.

Na prática, ela começou uma semana atrás. A pedido de Cardoso, líderes de seu PSDB começaram uma negociação com outros partidos sobre a aprovação, pelo atual Congresso, de três instrumentos considerados básicos pelo futuro governo na preparação do cenário para um amplo acerto das dívidas públicas. Um deles é a Lei de Patentes, entendida pelo presidente eleito e assessores como fundamental para a expansão do investimento privado, a partir do se-



O pronunciamento: troca de títulos da dívida interna é prioridade

gundo trimestre do próximo ano.

O outro é a Lei de Concessões de Serviços Públicos, sem qual se torna inviável aos Estados livrarem-se de parte do patrimônio que possuem (estradas, hidrelétricas, etc.) e não podem manter, por absoluta falta de “caixa”. O terceiro é a Lei dos Gastos com Pessoal, fixando para os governantes o limite de 65% da receita líquida nos gastos totais com funcionários.

Nos três casos, os projetos existem e estão lançados há anos nos escaninhos do Congresso. Líderes do PSDB e de outros partidos acertaram, na semana passada, recolocá-los na pauta de votações a partir da próxima terça-feira. Projeta-se aprová-los ainda na atual legislatura, que termina em 1º de fevereiro.

O cronograma que

está sendo montado pelo presidente eleito já prevê que, em 15 de fevereiro, o novo governo apresenta ao Congresso seus projetos de mudanças na Constituição, nas legislações ordinária e complementar.

A tradicional mensagem presidencial aos congressistas terá, em anexo, a proposta de reforma constitucional, além de uma série de projetos de lei e decretos, entre os quais aqueles que irão permitir o início de um processo de mudança no perfil da dívida pública interna (prazos, juros e valor de face dos títulos).

Aí, também, pretende-se incluir tudo o que o novo governo desejará fazer sob o nome “reforma tributária”. No momento, a assessoria de Cardoso está empenhada numa revisão de todas as propostas de mudanças tributárias já apresentadas dentro e fora do Congresso.

Uma das primeiras conclusões foi de que a história contemporânea do País registra apenas dois grandes momentos de mudanças profundas no sistema tributário: a primeira ocorreu no período Getúlio Vargas; a outra foi no regime militar.



TUCANOS LUTAM PARA APROVAR 3 PROJETOS